

EDITAL

MODALIDADE: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICO

OBJETO:

**CONTRATAÇÃO DE P. J. PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA ÁREA DA PISCINA
- NO CAMPUS VILHENA** por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Eletrônico
– RDC Lei 12.462/2011

RDC ELETRÔNICO 01/2016

DATA DA ABERTURA: 02/09/2016

HORÁRIO: 10 horas

LOCAL: Sede Câmpus Vilhena

FONE: (69) 2101 0706

PREÂMBULO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – RDC
EDITAL RDC 01/2016

A Comissão Especial de Licitação – RDC (CEL-RDC) designada pela Portaria n.º 166 de 30/09/2015 do do Câmpus Vilhena, do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA – IFRO**, leva ao conhecimento dos interessados que às 10:00 horas do dia/ano 02/09/2016, será realizada licitação na modalidade Regime Diferenciado de Contratações Eletrônico – RDC, do tipo **MAIOR DESCONTO**, sob o **Regime Diferenciado de Contratações pelo maior desconto por preço Global, regime de empreitada por preço Unitário, modo de disputa combinado fechado/aberto**, sendo o objeto, **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA:**

OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA NO CAMPUS VILHENA – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 12.462/2011, que é regulamentada pelos Decretos nº 7.581/2011, que foi alterado pelos Decretos nº 8.080/2013 e 8.251/2014; o Decreto 7.983/2013; a Lei nº 8.666/93 e suas alterações; bem como, pela Instrução Normativa 02/2010 da SLTI e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, Decreto nº 8538/2015, Instrução Normativa nº 05/2012 da SLTI e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, constante do Processo nº **23243.004696/2016-61**.

Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio do endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação.

O Edital, bem como seus anexos estão disponíveis nos sítios <http://www.ifro.edu.br> e <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, o processo e demais informações poderão ser obtidos junto à Coordenação de Compras e Licitação do Câmpus Vilhena, IFRO, Rodovia BR 174, km 03, Zona Urbana, nº 4334, Cep. 76.980-000, Vilhena-RO. Fone: (69) 2101 0706 de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 as 17:30, ou pelo telefone (69) 2101 0706, ou e-mail ccl.vilhena@ifro.edu.br. A licitante que optar por efetuar vistoria, deverá agendar para efetuá-la conforme apresentado em 13 - DA VISITA AO LOCAL DA OBRA e ANEXO III – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA deste Edital.

1 DA ABERTURA E ESCLARECIMENTOS

1.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela internet), dirigida pelo(a) Presidente (a) da CEL-RDC, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

- **PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA:** da data da liberação do Edital no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> até o horário limite de início da sessão pública.
- **DATA DE ABERTURA:** 02/09/2016
- **HORA DA ABERTURA:** 10 h horas (horário de Brasília)
- **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>
- **UASG:** 158342

1.2 As decisões da CEL-RDC serão comunicadas diretamente, por escrito, via sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, aos licitantes participantes, quanto a:

- 1.2.1 Julgamento das propostas;
- 1.2.2 Etapa de lances;
- 1.2.3 Habilitação ou Inabilitação da licitante;
- 1.2.4 Recursos porventura interpostos;
- 1.2.5 Resultado de recurso porventura interpostos;
- 1.2.6 Resultado de julgamento deste RDC.

1.3 A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a data estabelecida no quadro constante no item 1.1 deste Instrumento Convocatório, poderão ser solicitados, via e-mail ccl.vilhena@ifro.edu.br, dirigido a CEL-RDC.

1.4 A resposta da CEL-RDC ao pedido de esclarecimento formulado será enviada por e-mail ao autor e aos demais licitantes que enviarem o termo de retirada do Edital, página 4 deste edital.

2 DO TIPO DE LICITAÇÃO

2.1 Trata-se de Licitação enquadrada no art. 1º, §3º da Lei nº 12.462/2011 e alterações posteriores, como Regime Diferenciado de Contratações pelo maior desconto, regime de empreitada por preço Unitário.

3 DO OBJETO

3.1 A presente licitação por RDC tem como objeto:

ITEM	OBJETO
1	OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA NO CAMPUS VILHENA

Conforme especificações constantes dos Anexos, partes integrantes deste Edital.

3.2 Consideram-se como obras os serviços constantes das especificações técnicas e dos projetos, partes integrantes deste RDC Eletrônico.

3.3 Esta licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA, TIPO MAIOR DESCONTO SOBRE O PREÇO GLOBAL** e através do modo de disputa **FECHADO/ABERTO**, conforme arts. 18 à 24 do Decreto 7.581/2011.

4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste RDC Eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), por meio do sítio eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, para acesso ao sistema eletrônico.

4.2 Poderão participar deste RDC quaisquer licitantes inscritas no SICAF e inscritas no CREA/CAU.

4.2.1 O cadastramento com a habilitação parcial do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a IN nº 02/2010 – SLTI/MPOG, são válidos como parte dos requisitos mínimos da contratação.

4.2.2 O cadastramento com a habilitação no SICAF nos níveis I a VI poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação até 3 (três) dias antes da data prevista para recebimento e abertura do certame.

4.3 Não poderão participar deste RDC as empresas:

4.3.1 Com falência, recuperação judicial, insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial.

4.3.2 Em dissolução ou em liquidação.

- 4.3.3 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o IFRO.
- 4.3.4 Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União.
- 4.3.5 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 4.3.6 Estrangeiras que não funcionem no País.
- 4.3.7 Quaisquer interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 9º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.3.8 Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.
- 4.3.9 Cujos sócios, diretores ou responsáveis técnicos tenham vínculo empregatício com servidor do quadro ATIVO do IFRO.
- 4.3.10 Que tenham em seu quadro societário, cônjuge, companheiros ou parente consanguíneo de até 2º grau com servidor do quadro ATIVO do IFRO.
- 4.3.11 Autora(s) do Projeto Básico/Executivo, não importando se pessoa física ou jurídica; ou se o autor(a) for seu empregado(a).
- 4.3.12 Empresas que possuam em seus quadros sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação.

5 DOS PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO

5.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

5.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2 O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao RDC, na forma eletrônica.

5.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IFRO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5 No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico deve ser realizada pela empresa líder do consórcio.

5.6 A licitante já cadastrada no SICAF, caso esteja com algum documento vencido, poderá apresentar a documentação atualizada e regularizada, junto com os demais documentos de habilitação.

5.7 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou ainda com irregularidades, serão **DESCCLASSIFICADAS / INABILITADAS**, não se admitindo complementação posterior.

5.8 Após o início da sessão, não caberá desistência da Proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente motivado e comprovado, a ser avaliado pela CEL-RDC.

5.9 É facultada à CEL-RDC ou à autoridade superior, em qualquer fase deste RDC, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a apresentação posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no rol de documentos de habilitação apresentados.

5.10 Como requisito para a participação no RDC Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital.

5.10.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, exceto a licitante beneficiada com a Lei Complementar nº 123/06 que poderá apresentar a documentação de regularidade fiscal vencida no momento da Etapa de Lances e terá até 02 (dois) dias úteis, após a solicitação da CEL-RDC, para comprovar a sua regularização.

5.10.2 Para licitante usufruir dos direitos concedidos com a Lei Complementar 123/06 deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da referida lei.

6 DO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006.

6.1 As empresas consideradas microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que pretenderem se beneficiar nesta licitação do favorecimento previsto nesta lei, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que a empresa está enquadrada como ME ou EPP.

6.1.1 As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não se declararem ME ou EPP poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as demais empresas.

7 DA OPERACIONALIDADE DA LICITAÇÃO

7.1 Os trabalhos serão conduzidos por servidor público do IFRO, denominado Presidente da CEL-RDC, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>,

7.2 A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da **PROPOSTA DE PREÇO**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

7.3 O encaminhamento da **PROPOSTA DE PREÇO** pressupõem o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firme e verdadeira sua **PROPOSTA DE PREÇO** e seus lances.

7.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5 Se ocorrer a desconexão do Presidente no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do RDC Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do presidente aos participantes, no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

7.7 Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do RDC Eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, conseqüentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

7.8 No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

7.9 Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

8 DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 A participação no RDC eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do licitante.

8.2 Após a divulgação do edital, os licitantes deverão encaminhar **PROPOSTA DE PREÇO** inicial com o desconto ofertado em percentual, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas.

8.2.1 As propostas de preço deverão possuir prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

8.3 No momento do envio da proposta o licitante deverá declarar por meio do sistema eletrônico as

seguintes declarações:

8.3.1 Que está ciente com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

8.3.2 De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.3 Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

8.3.4 Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2, de 16 de setembro de 2009, da SLTI/MP.

8.4 As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo presidente, na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de fax ou outra forma.

8.5 Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 a 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

8.6 Até a abertura da sessão pública eletrônica, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anterior - mente apresentada.

8.7 Ao cadastrar sua proposta no sítio do Sistema COMPRASNET o licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo Descrição detalhada do objeto ofertado.

8.7.1 Não serão aceitas descrições como: "CONFORME EDITAL" ou "DESCRIÇÃO CONTIDA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO", etc.

8.8 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

8.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

8.10 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.11 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

8.12 Quaisquer elementos que possam identificar o licitante importará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da

proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.13 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9 DA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO E DA ETAPA DE LANCES

9.1 A abertura da sessão pública deste RDC, conduzida pelo Presidente da CEL-RDC, ocorrerá na data e na hora indicadas no item 1.1 deste Edital, no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

9.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Presidente e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito contato por meio telefônico, e-mail ou qualquer outro tipo.

9.3 O Presidente verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.4 A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelas licitantes.

9.5 Somente os licitantes com propostas cadastradas e classificadas participarão da Etapa de Lances.

9.6 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.7 Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

9.8 Os licitantes poderão apresentar lances (descontos) intermediários, assim entendidos como aqueles iguais ou inferiores ao maior desconto já ofertado, mas superiores ao último lance (desconto) dado pelo próprio licitante.

9.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se a licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

9.10 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.11 Durante a fase de lances, o Presidente poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Presidente da CEL-RDC que informará, com cinco minutos de antecedência, o horário previsto para o término da fase de lances;

9.13 Decorrido o prazo fixado, o Presidente encerrará a fase de lances.

9.14 Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á na ordem de apresentação da proposta.

9.15 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for maior ou igual a 10% (dez por cento), a CEL-RDC poderá admitir o reinício da

disputa aberta para a definição das demais colocações.

9.15.1 Após o reinício previsto no Subitem 9.15 os licitantes serão convocados a apresentar lances, conforme definido no item 9.8.

9.15.2 No caso do Subitem 9.15, os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.16 Encerrada a Etapa de Lances, o sistema verificará as licitantes que terão direito de apresentar novo lance inferior ao considerado inicialmente vencedor, tendo como critério o estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar 123/2006, que considera empatadas as propostas de valores iguais ou superiores até 10% do menor preço.

9.16.1 No caso de haver ME(s) ou EPP(s), Lei Complementar 123/2006 c/c art. 38 do Decreto 7.581/2011, classificada(s) com proposta(s) válida(s) e com valor de até 10% da melhor proposta classificada, o sistema identificará em coluna própria as ME(s) ou EPP(s) participantes, fazendo comparação entre os valores da primeira colocada, caso não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação que se encontrar na faixa de 10% acima da proposta de menor preço.

9.16.2 Os itens classificados nas características anteriores serão selecionados automaticamente pelo Sistema e as licitantes classificadas em segundo lugar serão convocadas a apresentar sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido.

9.16.3 Não havendo manifestação da licitante classificada em segundo lugar, o Sistema convocará as demais ME ou EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação.

9.17 As licitantes que não se manifestaram como ME ou EPP no momento do envio da proposta terão o tratamento igual às demais licitantes, conforme definido no item 6 deste Edital, não cabendo o direito de recursos posteriores.

9.18 A licitante melhor classificada será convocada para elaborar e apresentar à Administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, no prazo de 4 (quatro) horas, e posteriormente, na data marcada para a retomada da sessão, a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 O Presidente anunciará o lance vencedor imediatamente após o encerramento da Etapa de Lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.2 Será vencedora a empresa que atender ao edital e ofertar o **MAIOR DESCONTO POR PREÇO GLOBAL**.

10.3 A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada com base no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital ou documento correspondente, após o encerramento da Etapa de Lances e enviada por meio do sistema <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – opção “enviar anexo”, no

prazo de até 4 (quatro) horas após convocação do presidente e em conformidade com o melhor lance ofertado, com posterior envio da documentação original, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação das propostas. Deverão constar no rol de documentos desta PROPOSTA os seguintes:

10.3.1 Da Carta Proposta:

10.3.1.1 A carta de proposta deverá ser emitida, para cada item, por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem entrelinhas, rasuras, acréscimos, contendo o DESCONTO OFERTADO EM PERCENTUAL COM SOMENTE UMA CASA DECIMAL e o VALOR GLOBAL RESULTANTE, discriminando as parcelas relativas a mão de obra e materiais, em algarismos arábicos e por extenso, em moeda nacional (Real), devidamente assinada e datada pelo licitante ou por seu representante legal, como também rubricadas e numeradas todas as suas folhas, deverá ser elaborada de forma a atender os seguintes requisitos:

10.3.1.1.1 Em caso de divergência entre o valor em algarismos arábicos e o valor por extenso, prevalece este último, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

10.3.1.1.2 Fazer menção ao número deste RDC e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax, e-mail e o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, a agência e respectivos códigos e o n.º da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento.

10.3.1.1.3 A carta proposta deverá ser apresentada de acordo com os preços praticados no mercado, conforme especificações contidas no – TERMO DE REFERÊNCIA;

10.3.1.1.4 Conter prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de abertura do Edital.

10.3.1.1.5 Indicação dos prazos para execução da obra, conforme o item 9.

10.3.1.2 Da Planilha de formação de preços:

10.3.1.2.1 A planilha de formação de preços deverá ser apresentada conforme os moldes do anexo II – Planilhas, Cronograma e BDI do Edital, considerando a incidência linear do desconto ofertado, ou seja, o percentual deverá incidir sobre todos os itens e subitens constantes na planilha de formação de preços;

10.3.1.2.2 Indicação dos quantitativos e dos preços unitários de materiais e mão de obra nos moldes do anexo II – Planilhas, Cronograma e BDI, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

10.3.1.2.3 A licitante deverá elaborar a planilha de formação de preços levando em consideração que as obras e serviços, objeto desta licitação, devem ser entregues completos. Em consequência, ficará a cargo da licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento estimado, nas planilhas de quantitativos e preços unitários.

10.3.1.2.4 Os materiais, a serem utilizados, serão de primeiro uso e de primeira qualidade e poderá, em caso de suspeita de inexeqüibilidade ou necessidade de diligência pela CEL-RDC, ser solicitada a LICITANTE VENCEDORA do certame, a complementação da proposta com a lista das marcas dos materiais utilizados;

10.3.1.2.5 Na planilha de formação de preços deverão estar incluídos todos os insumos que a compõem, tais como BDI, encargos sociais e trabalhistas, despesas com impostos, taxas, frete, seguro, lucro e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto e, ainda, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos e quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

10.3.1.2.5.1 Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços (Planilhas, Cronograma e BDI) constante deste Edital são meramente estimativos, não acarretando à Administração do IFRO qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

10.3.1.2.6 Serão corrigidos automaticamente pela CEL-RDC quaisquer erros de soma, multiplicação e/ou arredondamento, bem como, as divergências que porventura ocorram entre o preço unitário e o total do item, de forma que o valor final não seja alterado.

10.3.1.2.7 A Contratada arcará com eventuais erros de planilhas que não prejudiquem a Administração, vedado o ajuste ou 'jogo de planilha' para compensar em algum item o erro de outro item.

10.3.1.2.8 Caso seja verificado a posteriori algum erro de planilha que prejudique a Administração, será realizado o devido ajuste, não podendo realizar ajuste nos demais itens, evitando-se assim o 'jogo de planilha'.

10.3.1.3 Do Cronograma físico-financeiro:

10.3.1.3.1 Cronograma físico-financeiro, nos moldes do anexo II – Planilhas, Cronograma e BDI.

10.3.1.4 Da Composição do BDI e Encargos Sociais:

10.3.1.4.1 A composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, discriminando todas as parcelas que o compõem, exceto no caso da contratação íntegra - da prevista no art. 9º da Lei nº 12.462, de 2011; e (Redação dada pelo Decreto nº 8.080, de 2013).

10.3.1.4.1.1 O imposto de renda de pessoa jurídica – IRPJ – e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.

10.3.1.5 Das disposições gerais sobre a proposta de preços:

10.3.1.5.1 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes, as quais poderão ser aceitas pela CEL-RDC, com a devida anuência de todos os licitantes.

10.3.1.5.2 Não será considerado como “alteração” a apresentação da proposta ajustada ao desconto

ofertado após a etapa de lances encaminhada por meio eletrônico, em até 4h, pela empresa melhor classificada, acompanhada da planilha de formação preços, da planilha de detalhamento do BDI, da planilha de encargos sociais e do cronograma físico-financeiro.

10.3.1.5.3 A proposta da licitante deverá levar em consideração o valor estimado pela Administração, conforme anexo II – Planilhas, Cronograma e BDI.

10.3.1.5.4 A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta e com poderes para esse fim;

10.3.1.5.5 As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos fornecidos para execução dos serviços:

10.3.1.5.5.1 No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à CEL-RDC, no prazo estabelecido neste Edital, para fins de esclarecimento por parte da CEL-RDC.

10.3.1.5.5.2 A falta da comunicação referida, implicará na aceitação tácita das especificações e documentação técnica fornecida.

10.3.1.5.5.3 Não serão aceitas reclamações posteriores relativas às propostas, sem que tenham sido devidamente registradas em ata, salvo se previsto em Lei.

10.3.1.5.6 As propostas serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver seu preço aceito) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada caso:

10.4.1 Contenha vícios insanáveis;

10.4.2 Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

10.4.3 Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/11.

10.4.4 Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

10.4.5 Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

10.4.6 A CEL-RDC poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

10.4.6.1 Consideram-se inexequíveis as propostas com valor global inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou

b) Valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

10.4.7 A Administração conferirá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

10.4.8 Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

10.4.9 A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

11 DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1 O critério de julgamento será o maior desconto, sob o regime de empreitada por preço unitário e o modo de disputa será combinado fechado/aberto.

11.2 A CEL-RDC poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro do IFRO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, que se efetivará através de documento que integrará o processo, para orientarem-se na sua decisão.

11.3 Objetivando concluir a análise detalhada da conformidade das propostas, a CEL-RDC poderá exigir da licitante ofertante do maior desconto:

11.3.1 A apresentação, no prazo de 4 (quatro) horas (dias úteis), de planilha de composição dos custos unitários ofertados por item e subitem com o referido desconto já aplicado;

11.3.1.1 Caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na planilha da licitante e aquele apresentado na composição de custos, prevalecerá sempre esse último, mas não poderá alterar o valor total da proposta apresentada, por objeto.

11.3.2 A apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos custos ofertados, quando houver necessidade de diligência pela CEL-RDC ou comprovação de exequibilidade.

11.4 Não será permitida a contratação do objeto com valor superior ao preço de referência estabelecido pela Administração com base no SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal, no ORSE – Tabela Referencial de Preços e na Coleta de Preços no Mercado Local, conforme planilha constante no anexo II – Planilhas, Cronograma e BDI e valor abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA	R\$ 283.341,60
TOTAL		R\$ 283.341,60

11.5 Após análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 24 da Lei 12.463/2011, aquelas que:

11.5.1 Não apresentar desconto sobre o valor estimado da Administração;

11.5.2 Apresentar desconto negativo ou igual a 0%;

11.5.3 Apresentarem rasuras, emendas ou borrões;

11.5.4 Não estiverem assinadas, ou assinadas por pessoa sem poderes legais ou sem procuração;

11.5.5 Estiverem em desacordo com quaisquer das exigências do presente Edital ou impuserem condições diferentes das dispostas neste, ou, ainda, que contiverem preços condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, bem como preço ou vantagem baseados nas propostas dos demais licitantes;

11.5.6 Não apresentarem os Cronogramas Físico-Financeiros nos moldes do anexo II – Planilhas, Cronograma e BDI deste Edital, após a fase de lances;

11.5.7 Não apresentarem o Benefício e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais (ES), com a sua com- posição detalhada, após a fase de lances;

11.5.8 Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, após a fase de lances.

11.6 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (se- tenta por cento) do menor dos seguintes valores:

11.6.1 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.6.2 Valor orçado pela Administração.

11.7 Das licitantes classificadas na forma dos itens 11.6.1 e 11.6.2 da condição 11.6 cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem aos itens 11.6.1 e 11.6.2 desta condição, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual à diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

11.8 Quando ocorrer a apresentação de proposta inexequível, a CEL-RDC emitirá parecer oportunizando a licitante que comprove a possibilidade de execução de sua proposta, com entrega de defesa

fundamentada em até 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação formal da CEL-RDC.

11.9 Será, ainda, solicitado ajuste ao licitante vencedor, das propostas que, nas composições de preços, apresentarem:

11.9.1 Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI (Benefício e Despesas Indiretas) impraticáveis ou incorretos;

11.9.2 Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado.

11.10 Será considerada vencedora a proposta/lance classificada que resulte no “maior desconto por objeto” licitado.

12 DA HABILITAÇÃO

12.1 A CEL-RDC verificará mediante consulta on-line as seguintes informações relativas à HABILITAÇÃO da licitante provisoriamente vencedora:

12.1.1 Através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, será verificado o cadastramento da Licitante e sua habilitação nos níveis I a VI.

12.1.1.1 A licitante já cadastrada no SICAF, caso esteja com algum documento vencido, poderá apresentar a documentação atualizada e regularizada, junto com os demais documentos de habilitação.

12.1.1.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, para a habilitação das ME/EPPS, será assegurado o prazo de cinco dias úteis (prorrogável por igual período, desde que solicitação por escrito pela licitante e aceite pela CEL-RDC), cujo o termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente ME ou EPP for declarada vencedora do certame, após etapa de lances e desempate, se ocorrer, para a regularização da documentação, e emissão de eventuais certidões válidas.

12.1.2 Será verificada a composição societária das empresas a serem contratadas, no sistema SICAF, para comprovar a inexistência de servidores do órgão contratante na relação de sócios.

12.1.3 A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de EMPRESAS Inidôneas e Suspensas /CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);

12.1.4 A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ;

12.1.5 A validação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da Licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

12.2 A licitante vencedora deverá providenciar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no prazo de 4 (quatro) horas contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, com tamanho não superior a 50 MB, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários desde que não

ultrapasse este limite, devendo ser encaminhados os seguintes documentos:

12.2.1 Relativos à Habilitação Jurídica

12.2.1.1 Inscrição do empresário individual no Registro Público de empresas mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público das sociedades empresárias a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.2.1.2.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.2.2 Relativos à Qualificação Técnica:

Os termos para qualificação técnica são as decorrentes no Item 14 do Termo de referência, Anexo do Edital.

12.2.3 Relativo à Qualificação Econômico-Financeira:

12.2.3.1 Deverá ser apresentado pela licitante o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e formalizados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação das propostas, para todas as empresas, incluindo-se as que possuem SICAF com índices acima de 1,00 a fim de se verificar a relação de compromissos assumidos, para tanto, serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

12.2.3.1.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; e publicados em Diário Oficial; e publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da li - citante.

12.2.3.1.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

12.2.3.1.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: Por fotocópia do livro Diário,

inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

12.2.3.1.4 Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

12.2.3.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.3.3 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial e apurados mediante consulta on-line, no SI- CAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

12.2.3.3.1 As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntados ao balanço.

12.2.3.3.2 Caso o memorial não seja apresentado, a CEL-RDC reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

12.2.3.4 Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado junta aos documentos em apreço o memorial de cálculo correspondente.

12.2.3.5 Para todas as licitantes: o licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

12.2.3.6 Para todas as licitantes: certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a menos de sessenta dias contados da data da sua apresentação.

12.2.3.7 Apresentar relação de compromissos de obras/reformas assumidas, declarando que possui disponibilidade financeira para a realização do objeto deste Edital, nos termos do § 4º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, na forma do ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS com o somatório (incluída a obra objeto deste Edital).

12.2.3.7.1 Para a verificação da capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira da licitante, será verificado a soma das obras a executar com o objeto deste RDC, o Patrimônio Líquido não poderá ser inferior a 10% desta soma.

12.2.4 Considerações relativas às Declarações:

12.2.4.1 Declaração de que o licitante, por intermédio de representante legal, devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde serão realizadas as obras e de que é detentora de todas as informações relativas à sua execução. Na declaração deverá informar o objeto da presente licitação e conter assinatura do servidor público do IFRO que acompanhou (ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA).

12.2.4.1.1 A visita deverá ser realizada conforme item 13 DA VISITA AO LOCAL DA OBRA deste Edital.

12.2.4.1.2 A licitante que optar por não efetuar vistoria, deverá apresentar declaração de que não a efetuou e que concorda com todas as condições apresentadas no Edital e seus anexos, devendo informar o objeto e número da licitação (ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA).

12.2.5 Sob pena de inabilitação, no que couber, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

12.2.5.1 Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo;

12.2.5.2 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

12.2.5.3 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

12.2.5.3.1 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, quando estes deverão ser apresentados;

12.2.5.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

12.2.5.5 Os documentos deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de abertura da sessão, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a);

12.2.5.5.1 Não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, como por exemplo, os atestados de capacidade (responsabilidade) técnica.

12.2.5.6 Os documentos exigidos neste RDC poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da CEL-RDC ou servidor dos setores de Compras dos Campi do IFRO ou publicação em órgão da imprensa oficial.

12.2.5.7 Serão aceitas somente cópias legíveis;

12.2.5.8 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam ilegíveis ou rasuradas;

12.2.5.9 A CEL-RDC reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

12.3 Serão considerados inabilitados os licitantes que:

12.3.1 Não apresentarem os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados ou não comprovarem a sua regularidade junto ao SICAF/SIASG e CEIS nos documentos por ele abrangidos, através de consulta 'on-line', no momento da análise de habilitação.

12.3.1.1 No caso de microempresa e empresa de pequeno porte aplicar-se-á a disciplina dos artigos 43 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

12.4 Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

12.5 As declarações apresentadas pela licitante, necessárias a sua habilitação, deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram com telefones para contato.

12.6 Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, deverão ser entregues numerados seqüencialmente e na ordem indicada neste Edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame cor- respondente.

12.7 Em caso de inabilitação da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, será convocada a licitante subsequente, por ordem de classificação.

12.7.1 Neste momento a Licitante que encontrar-se classificada na seqüência será convidada a cobrir o valor do lance da Empresa que foi inabilitada.

12.8 A documentação original de habilitação do licitante vencedor do certame deverá ser encaminhada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da fase de habilitação.

13 DA VISITA AO LOCAL DA OBRA

13.1 A licitante que optar por realizar vistoria deverá apresentar declaração que vistoriou o local onde será executada a obra objeto deste RDC para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, com o agendamento prévio, ou apresentar declaração que não efetuou vistoria, mas aceita todas as condições do edital.

13.2 O agendamento da visita deverá ser efetuado com a Diretoria de Planejamento e Administração do Campus, que designará servidor para este fim, pelo telefone (69) 2101 0706, com 48 horas de antecedência da data desejada. A vistoria poderá ser feita até 48 horas antes da data e horários marcados para abertura da licitação.

13.3 O servidor designado para acompanhar a licitante durante a visita assinará também a Declaração conforme ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA.

13.4 Para a vistoria, o licitante (ou o seu representante legal) deverá possuir formação adequada, devido à complexidade dos serviços objeto desta licitação, bem como apresentar o documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para esse fim (vistoria);

13.5 A licitante que optar por NÃO efetuar vistoria, deverá apresentar declaração de que não a efetuou e que concorda com todas as condições apresentadas no Edital e seus anexos, devendo informar o objeto e número da licitação (ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA).

13.6 A licitante que efetuar vistoria, sem acompanhamento do servidor do IFRO designado para este fim, deverá apresentar a declaração de que não efetuou vistoria, conforme determinado no item 13.5.

13.6.1 A Contratada, independente da realização de vistoria, ao participar deste processo concorda com todos os termos e valores constantes do Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Planilha de Formação de Preços e demais documentos que constituem o objeto deste Contrato e fazem parte do Edital, conforme art. 102, § 6º, inciso III da LDO 2013 e art. 13, inciso II do Decreto 7.983/2013.

14 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E REPRESENTAÇÕES

14.1 Dos atos da administração pública, decorrentes da aplicação desta licitação, caberá pedido de esclarecimento no prazo mínimo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail ccl.vilhena@ifro.edu.br.

14.2 Dos atos da administração pública, decorrentes da aplicação desta licitação, caberá impugnação no prazo mínimo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura do certame exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail ccl.vilhena@ifro.edu.br

14.3 A resposta da CEL-RDC aos esclarecimentos e impugnações será divulgada por meio eletrônico, através de e-mail, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a enviar e-mail para o endereço eletrônico ccl.vilhena@ifro.edu.br para a obtenção das informações prestadas. Aquelas que informarem seu endereço eletrônico à CEL-RDC receberão, através deste, igualmente todos os esclarecimentos.

14.4 Caberá a CEL-RDC, auxiliada pela área técnica responsável (Setor Requisitante do objeto), decidir, motivadamente, sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à abertura da Sessão Pública.

14.5 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos e providências não tem efeito suspensivo.

14.6 Decairá do direito de impugnar e de pedir esclarecimentos nos termos deste edital perante a Administração do IFRO a licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder à data prevista para a abertura da Sessão Pública, apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.7 Dos atos da administração pública, decorrentes da aplicação desta licitação, caberá recurso em

face:

14.7.1 Do julgamento das propostas;

14.7.2 Do ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

14.7.3 Da anulação ou revogação da licitação;

14.7.4 Da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

14.7.5 Da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;

14.8 Os licitantes que desejarem apresentar os recursos em face do ato de julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação deverão manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, via sistema, sob pena de preclusão.

14.8.1 Declarado o vencedor, o Presidente abrirá o sistema eletrônico, no prazo de no mínimo 10 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.9 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo ÚNICO de 5 (cinco) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.9.1 Serão desconsiderados pela CEL-RDC os recursos interpostos fora do meio eletrônico, sendo aceitos então recursos somente por meio do sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

14.10 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.11 Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.12 A CEL-RDC apreciará sua admissibilidade e decidirá os recursos no prazo de 05 dias úteis ou, no mesmo prazo, fará subí-los à autoridade superior que terá, também, 05 dias úteis a partir do recebimento este para decidi-lo, sob pena de apuração de responsabilidade tudo isso por meio eletrônico.

14.13 Caso o Presidente decida pela Improcedência do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para Homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do Presidente antes da adjudicação.

14.14 Caso não ratifique a decisão do Presidente, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

14.15 O recurso contra a decisão do Presidente não terá efeito suspensivo.

14.16 É assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.17 Dos atos da administração pública, decorrentes da aplicação desta licitação, caberá representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

14.18 Pedido de reconsideração, de decisão do Ministro de Estado, nos casos de declaração de inidoneidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

14.19 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.20 Os prazos previstos nesta Lei iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão ou entidade.

14.21 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na coordenação de Compras e Licitação do IFRO, Câmpus Vilhena, na Rodovia BR 174, km 03, 4334, Zona Urbana, Cep. 76.980-000, Vilhena-RO, nos dias úteis no horário de 8 h às 11 h e de 14 h às 17h.

14.22 Aplica-se a este RDC o disposto no art. 113 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.23 Finalizada a fase recursal, no caso de alteração da ordem de classificação a administração poderá negociar condições mais vantajosas com o novo primeiro colocado.

14.24 Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, nos termos do art. 60 do Decreto 7581/2011.

14.25 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a CEL-RDC poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, conforme previsão do § 3º, art. 48 da Lei 8.666/93, para a apresentação de nova PROPOSTA OU DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, escoimadas das causas que as desclassificaram ou inabilitaram.

15 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida adjudicação e conseqüente homologação do objeto licitado ao li- citante vencedor.

16 DOS PRAZOS

16.1 A proposta deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a contar da data prevista no preâmbulo deste Edital para abertura do certame.

16.2 A obra deverá ser executada no prazo máximo de execução, de:

OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	VIGÊNCIA
Obras de Reforma Área da Piscina	120 dias	225 dias

Contados em dias consecutivos a partir do início do prazo de execução do contrato, considerado o disposto na Condição 16.2.1.

16.2.1 O prazo para início da obra será de até 5 (cinco) dias úteis, contado do início da vigência do contrato.

16.3 O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido pela fiscalização e Diretoria de Engenharia e Infraestrutura.

16.4 Caso os prazos de que tratam as condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, esses serão considerados como aceitos.

16.5 O prazo previsto na Condição 16.2, Subitem 16.2.1, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração do IFRO.

16.6 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 120 (cento e vinte) dias, e caso persista o interesse do IFRO, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

16.7 Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de abertura do certame, sem a solicitação ou a convocação de que trata as condições deste Edital, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

17 DA GARANTIA

17.1 Será exigida a prestação de garantia pela Administração, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, devendo ser apresentada em até 15 dias após a homologação do certame, optando por uma das seguintes modalidades:

17.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

17.1.2 Seguro-garantia; ou

17.1.3 Fiança bancária.

17.1.4 O prazo previsto em 17.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação escrita e justificada da adjudicatária e aceita pela CEL-RDC, devendo ser apresentada durante o período de vigência do prazo inicial.

17.1.5 Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

17.2 No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Agência da Caixa Econômica Federal, segundo o Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979 e Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante depósito identificado a crédito do IFRO.

17.3 Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da

Fazenda.

17.4 A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 17.1, devidamente atualizada.

17.5 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade de 90 dias após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetivada no contrato.

17.6 No caso de seguro-garantia, deverá ser realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo o IFRO o único beneficiário do seguro.

17.7 A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

17.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 e 835 do Código Civil.

17.9 No caso de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de:

17.9.1 Cópia autenticada do estatuto social do banco;

17.9.2 Cópia autenticada da ata da assembléia que elegeu a última diretoria do banco;

17.9.3 Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

17.9.4 Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

17.10 É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

17.10.1 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, em pagamento de multa que tenha sido aplicada à CONTRATADA esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada.

17.10.2 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o perfeito e integral cumprimento do contrato, que somente será assim considerado quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

17.10.3 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não sejam comprovados até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo IFRO.

17.10.4 A perda da garantia em favor do IFRO, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

17.10.5 Será exigida garantia adicional, configurando-se a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

18 DO TERMO DE CONTRATO

18.1 Sem prejuízo do disposto na Lei 12.462/2011, Decreto 7581/2011 e nos Capítulos III e IV da Lei 8.666/93, o contrato referente à execução das obras será formalizado e conterá, necessariamente, as Condições já especificadas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

18.2 As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de contrato a ser firmado com a adjudicatária tendo por base este Edital, seus Anexos e a proposta apresentada, atendidas as normas vigentes.

18.3 Após a homologação deste certame, a adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação por escrito para assinatura do Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

18.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

18.5 Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta on-line ao SICAF e ao CEIS, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

18.6 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.7 A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após devidamente convocado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

18.8 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 1993, observado o art. 13, II do Decreto 7.983/2013

18.8.1 O Contratado concorda com a integralidade dos projetos constantes neste edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto.

18.9 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo permitida apenas a subcontratação de **até 30%** do Item, mediante prévia e expressa autorização do IFRO, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais:

18.9.1 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá os serviços citados no item anterior, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a

capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios o principal serviço de que trata este edital, assumindo também a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços subcontratados.

18.9.2 A assinatura do contrato caberá somente a empresa vencedora, por ser a única responsável perante o IFRO, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

18.9.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o IFRO e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a autarquia e a subcontratada, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto da subcontratada.

18.9.4 O IFRO se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, apresente rendimento adequado e determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

18.9.5 Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pelo IFRO, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada.

18.9.6 A contratada ao requerer a autorização para a subcontratação de parte dos serviços, deverá com - provar perante a administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

18.9.7 A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

18.9.8 A contratada deverá comprovar que as empresas subcontratadas estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam servidores ou ocupantes de cargo de Direção do IFRO.

18.10 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.11 Correrão por conta da Contratada todas as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

18.12 Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora da licitação e haja alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (encerramento da fase de habilitação), prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior ao julgamento da documentação da habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal

18.12.2 A prorrogação do prazo previsto neste subitem deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

18.12.3 A não-regularização da documentação no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

18.13 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso 12 do Art. 55 do mesmo diploma legal.

19 DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

19.1 A vigência do contrato será de acordo com a tabela abaixo, contados a partir da data do início da ordem de Serviço, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União (DOU), tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

20 DOS ENCARGOS DA LICITANTE VENCEDORA E DO IFRO

20.1 São os constantes nos itens 9 e 10 do Termo de Referência, anexo do Edital.

21 DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

21.1 À licitante vencedora caberá, ainda:

21.1.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o IFRO;

21.1.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do IFRO;

21.1.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à obra, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

21.1.4 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste RDC.

21.2 A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos em 22.1, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do IFRO, nem poderá onerar o objeto deste RDC, razão pela qual a licitante vencedora renúncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o IFRO.

22 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

22.1 Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

22.1.1 É proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do IFRO, durante a vigência do contrato;

22.1.2 É proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do IFRO;

22.1.3 É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste RDC.

22.1.3.1 Subcontratação parcial dos serviços, no limite estipulado, só será admitida se previamente autorizada pela Administração do IFRO.

23 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1 Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao CREA/RO, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

23.2 Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com a licitante vencedora e deverão ser os indicados na fase de habilitação do certame licitatório.

24 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1 As despesas decorrentes da execução das obras objeto da presente Licitação correrão por conta do orçamento do ano de 2016 do IFRO.

25 DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

25.1.1 A cada fase, nas datas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, corresponderá uma aferição das obras ou serviços executados. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante, estiverem executados em sua totalidade. Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas efetivamente concluídas, o cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado de forma a refletir o real andamento esperado dos serviços.

25.1.1.1 Quando de etapas não concluídas, a fiscalização poderá efetuar o pagamento referente aos serviços executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente. Esta aceitação fica a critério da fiscalização do IFRO.

25.1.2 Ao completar 30 (trinta) dias de execução dos serviços será executada a 1ª medição, e assim sucessivamente até o término da obra, devendo a Contratada apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilha (cujo modelo será disponibilizado pela Administração), com colunas em Reais, percentual e saldo, igualmente em Reais e percentual de cada item e subitem da planilha orçamentária, acompanhado necessariamente de memória de cálculo indicando nesta os trechos levantados para a melhor compreensão das quantidades apontadas em

planilha, e apresentá-la à Fiscalização, no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da medição para avaliação dos serviços com posterior verificação no local pela Fiscalização que a atestará, observando o item 26.1.1.1.

25.1.3 A Contratada deverá apontar em planilha de medição os serviços (material e mão de obra) efetiva - mente concluídos até a data da medição, não sendo aprovados pela Fiscalização serviços executados de forma incompleta tampouco a alegação de material simplesmente adquirido por meio de nota fiscal ou posto na obra.

25.1.4 Somente após o atesto da Fiscalização poderá a Contratada emitir Nota Fiscal – NF, que deverá ser acompanhada da planilha de medição de serviços e memória de cálculo, do Diário de Obras (original) do período, do Comprovante de Recolhimento dos Encargos Sociais dos Trabalhadores e dos demais documentos de regularidade para com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), documentos estes que também deverão ser entregues à Fiscalização.

25.2 Conforme critério da unidade de fiscalização, e no exclusivo interesse da Administração do IFRO, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro da obra. Nesse caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela licitante vencedora:

25.2.1 Entende-se por custo o preço de venda proposto pela licitante vencedora menos o BDI contratual;

25.2.2 O BDI relativo aos materiais e equipamentos e à parcela dos serviços relativa à mão de obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.

25.3 O pagamento das notas fiscais será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, conforme disposto nos itens acima.

25.4 Caso a empresa contratada vier a adiantar os serviços, conseqüentemente adiantando a previsão constante no cronograma físico-financeiro, estando estes executados de acordo com as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, poderá apresentar a Nota Fiscal/Fatura correspondente, na forma acima citada, a qual, após estar devidamente atestada e encaminhada ao Setor Financeiro, poderá ser quitada, nos prazos previstos neste instrumento editalício.

25.5 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta- corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

25.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, devendo ser equivalente a 6% ao ano, conforme a fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da prestação a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX: Percentual da taxa anual (6%).

25.7 A compensação financeira prevista nesta Condição será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

25.8 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, estes serão restituídos à Contratada para as correções necessárias no prazo de 5 (cinco) dias, sendo devolvidos no mesmo prazo, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

25.9 Serão retidos na fonte, quando do pagamento, os tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente. O ISQN/ISS será retido no valor total da nota fiscal, ou no percentual que a legislação municipal assim o exigir.

25.10 A Administração não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada, que porventura não tenha sido acordada na assinatura do contrato.

25.11 A Administração poderá descontar eventuais multas que tenham sido impostas a empresa contratada.

26 DO REAJUSTE DE PREÇO

26.1 Os reajustes relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Item 17 do Termo de Referência, anexo do Edital.

27 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

27.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este RDC.

27.2 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite previsto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93, sendo os mesmos, objeto de exame pela Procuradoria Federal junto ao IFRO;

27.2.1 No Interesse da Administração do IFRO, o contrato poderá ser aumentado ou suprimido em até o limite de 50% (Cinquenta por Cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º. Da lei nº 8.666/93. Devendo a Administração assumir os custos pelas alterações efetuadas.

27.3 A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

27.4 Nenhum acréscimo ou supressão poder. Exceder o limite estabelecido nesta Condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

28 DA RESCISÃO DO CONTRATO

28.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/93:

28.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

28.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

28.1.3 a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

28.1.4 O atraso injustificado no início do serviço;

28.1.5 A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

28.1.6 A subcontratação total ou parcial, acima do limite estabelecido neste edital, do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;

28.1.7 O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

28.1.8 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

28.1.9 A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

28.1.10 A dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

28.1.11 O presente contrato poderá ser reajustado após cada 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação das propostas, utilizando-se o INCC-M, exceto quando a prorrogação tenha sido causada a pedido ou por culpa da Contratada; neste caso não haverá direito a reajuste.

28.1.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

28.1.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

28.1.14 A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

28.1.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

28.1.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

28.1.17 A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

28.1.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

28.1.19 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

28.2 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

28.3 A rescisão do contrato poderá ser:

28.3.1 Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

28.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

28.3.3 Judicial nos termos da legislação.

28.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada

da autoridade competente.

28.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

28.5.1 Devolução da garantia;

28.5.2 Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

28.6 A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

29 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Item 13 do Termo de Referência, anexo do Edital.

29.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462, de 2011, o licitante/adjudicatário que:

Art. 47: **Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:**

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 desta Lei
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- g) der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

30 DA FISCALIZAÇÃO

30.1 A fiscalização da CONTRATADA será exercida conforme às disposições previstas no Item 12 do Termo de Referência, anexo do Edital.

31 DO ATESTE

31.1 O ateste das notas fiscais/faturas referentes às etapas da obra caberá à unidade de fiscalização do IFRO ou servidor designado para este fim.

32. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

32.1 Os termos de recebimento são os decorrentes s no Item 16 do Termo de referência, Anexo do Edital.

33. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

33.1 O projeto Básico/Executivo deverá ser implantado observando alguns critérios de sustentabilidade, conforme consta no item 20 do Termo de Referência:

34 DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1 Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar os custos e prazos dos serviços;

34.2 Os interessados deverão examinar o ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas constantes do presente Edital. O não fornecimento de todas as informações requeridas ou a apresentação de uma proposta em desacordo com a documentação solicitada no Edital e seus anexos, será de responsabilidade do concorrente, podendo resultar na rejeição de sua proposta;

34.3 Os licitantes arcarão com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua Proposta e o IFRO, em nenhum caso, será responsável ou sujeito a esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório;

34.4 As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente das Leis 12.462/2011 e 8.666/1993 e Decreto 7.983/2013, nos seguintes termos:

34.4.1 Qualquer cidadão, desde que protocole até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes contendo os documentos relativos à habilitação dos licitantes.

34.5 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura da sessão, as falhas ou irregularidades que viciem este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

34.6 A participação na licitação importa em total e irrestrita aceitação das condições do Edital e seus Anexos os quais integrarão do próprio termo de contrato a ser assinado pela adjudicatária.

34.7 O IFRO poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não cabendo aos licitantes direito à indenização.

34.8 Alterações contratuais serão processadas mediante Termo Aditivo, devidamente justificado e autorizado pela CONTRATANTE.

34.9 Todos os prazos estabelecidos neste Edital, salvos os expressos em contrário, serão contado em dias corridos, excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento;

34.10 As ambiguidades e casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela CEL-RDC, observando-se rigorosamente o contido nas 1.1 Leis 12.462/2011 e 8.666/1993 e Decreto 7.983/2013;

35.11 Havendo divergências contidas no Edital e em seus anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, em seguida, o Projeto Básico, a Minuta do Contrato e, por último, os demais anexos, que são partes integrantes do Edital, em conformidade com o disposto no artigo 40, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93

34.12 O resultado da licitação será publicado no Diário Oficial da União, obedecido ao disposto na Lei n.º 8.666/93 em seu artigo 109, § 1 e artigo 16 e alterações posteriores.

35 DO FORO

35.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Vilhena/RO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

36 DOS ANEXOS

36.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

DESCRIÇÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS E PROJETO BÁSICO

ANEXO III – MODELO BDI E MODELO DE ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO-UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECURSOS

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS

ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

ANEXO XIII – MINUTA DE CONTRATO

Vilhena, 09 de Agosto de 2016.

César Lucas dos Santos
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Portaria nº 227 de 29/07/2016
IFRO

Aprovo o presente edital e autorizo a continuidade do processo.

Câmpus Vilhena
Rodovia BR 174, km 03, nº 4334, Zona Urbana, Cep. 76.980-000
Vilhena-RO - Fone (69) 2101-0706
www.ifro.edu.br

Aremilson Elias de Oliveira
Diretor-Geral
Portaria nº 070, de 22/01/2016

Em ____ / ____ / ____

ANEXO III – MODELO BDI E MODELO DE ENCARGOS SOCIAIS

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA NO CAMPUS VILHENA / IFRO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

O BDI foi determinado tendo como base a Planilha referencial para o BDI para Obras de Edificações e Reformas, apresentado no Acórdão 2622/2013-Plenário – TCU, e desoneração da folha de pagamento prevista na Lei 12.844/13.

O BDI a ser proposto foi elaborado com a seguinte fórmula:

$$LDI = \left[\left(\frac{(1 + AC/100)(1 + DF/100)(1 + R/100)(1 + L/100)}{1 - \left(\frac{I}{100}\right)} \right) - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;
DF = taxa das despesas financeiras;
R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;
I = taxa de tributos;
L = taxa de lucro.

Na formação do BDI estimado pelo IF-RO foram adotados os seguintes valores, que conduziram a um **BDI de 29,18%** para Serviços e **15,33%** para Equipamentos.

Serviços:

IMP = 10,65%;
AC = 4,00%;
DF = 1,23%;
R = 1,27%;
L = 7,40%.

Equipamentos:

IMP = 3,65%;
AC = 3,45%;
DF = 0,85%;
R = 0,85%;
L = 5,11%.

Os impostos incidentes sobre o faturamento considerados foram:

Serviços:

ISS= 5,00%, (sobre o valor total da nota fiscal);
PIS = 0,65%;
COFINS = 3,00%;
INSS = 2,00%

Equipamentos:

ISS= 0,00%,
PIS = 0,65%;
COFINS = 3,00%;
INSS = 0,00%

SINAPI - Composição de Encargos Sociais



RONDONIA

VIGÊNCIA A PARTIR DE 04/2015

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,07%	Não incide	18,07%	Não incide
B2	Feriados	4,84%	Não incide	4,84%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,93%	0,69%	0,93%	0,69%
B4	13º Salário	11,10%	8,33%	11,10%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,09%	0,06%	0,09%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,65%	Não incide	1,65%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,13%	0,09%	0,13%	0,09%
B9	Férias Gozadas	11,63%	8,73%	11,63%	8,73%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	49,21%	18,48%	49,21%	18,48%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	7,54%	5,66%	7,54%	5,66%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,18%	0,13%	0,18%	0,13%
C3	Férias Indenizadas	2,54%	1,91%	2,54%	1,91%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,24%	3,93%	5,24%	3,93%
C5	Indenização Adicional	0,63%	0,48%	0,63%	0,48%
C	Total	16,13%	12,11%	16,13%	12,11%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,27%	3,10%	18,11%	6,80%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,63%	0,47%	0,67%	0,50%
D	Total	8,90%	3,57%	18,78%	7,30%
TOTAL (A+B+C+D)		91,04%	50,96%	120,92%	74,69%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA

() Eu, _____(Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificados) da Empresa _____, declaro, para os devidos fins, que visitei o local onde ocorrerá a **EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA NO CAMPUS VILHENA / IFRO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, local onde serão realizados os serviços, tomando conhecimento de todas as peculiaridades e características do local e/ou da obra, ciente de que o preço a ser proposto pela minha Empresa está de acordo com o TERMO DE REFERENCIA do objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA NO CAMPUS VILHENA / IFRO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, seus desenhos e demais complementos que integram a presente licitação.

() Eu, _____(Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificados) da Empresa _____, declaro, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o local onde ocorrerá a **EXECUÇÃO DA OBRA DE OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA NO CAMPUS VILHENA / IFRO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, local onde serão realizados os serviços e concordo com todas as condições apresentadas no Edital RDC XX/20016 e seus anexos.

_____, ____de _____de 2015.

Responsável Técnico da Empresa ou Representante Legal da Empresa Devidamente qualificados
(Assinatura e Carimbo)

Nome e assinatura do Engenheiro ou Servidor do IFRO

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E
CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL**

_____,
CNPJ _____, sediada em _____,
por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do RDC 01/2015, DECLARA
expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- concorda com todas as cláusulas editalícias.

_____, ____ de _____ de 2015.

Nome e Assinatura: _____ Nº Cédula de Identidade: _____

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante.

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

_____,
CNPJ _____, sediada em _____,
por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do RDC 01/2015, DECLARA
expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e inciso V do Art. 13 do Decreto nº 3.555/2000.

_____, ____ de _____ de 2015.

Nome e Assinatura: _____ Nº Cédula de Identidade: _____

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique à licitante

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA

Pelo presente instrumento,

[NOME EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO], com sede na [endereço completo, incluindo CEP], neste ato representada, nos termos de seu [Contrato/Estatuto] Social, por seu(s) Diretores/procuradores] Sr(s).

Declara e garante, de modo expresso, irrevogável e irretratável, que, à luz das reprováveis condutas previstas no art. 36 da Lei n. 12.529/2011, apresenta proposta absolutamente independente em relação aos demais licitantes participantes do RDC 01/2015 e, por consequência, incapaz de frustrar o caráter competitivo da presente licitação (arts. 90, 93 a 96 da Lei 8.666/1993), estando ciente das implicações administrativas, civis e penais, especialmente quanto às consequências de eventual constatação de falsidade da presente declaração (art. 299 do Código Penal).

[local e data]

(assinatura do(s) representante(s) legal(ais) da pessoa jurídica) Cargo: []

Apresentar em papel timbrado da empresa

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira
de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no
item 6 do RDC 01/2015, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta
empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 123,
de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS

A Empresa _____, CNPJ _____, através do seu representante legal, Sr. _____, portador do CPF _____, DECLARA, para os devidos fins, que possui compromisso(s) de realização da(s) obra(s), e se compromete a realizar o objeto do RDC 01/2015 do IFRO.

Especificação do Contrato/Obra	Valor Total do Contrato (R\$)	% da Obra Executado	% da Obra a Executar	Valor da Obra a Executar
--------------------------------	-------------------------------	---------------------	----------------------	--------------------------

Observação: Em termos de compromissos de realização de obras, será considerado, para fins de verificação da capacidade operativa da empresa licitante, a disponibilidade do Patrimônio Líquido (registrado na forma da lei) em 10% (dez por cento) da soma das obras a executar e o objeto deste RDC. Será efetuada a avaliação mediante a apresentação do balanço patrimonial.

_____, _____ de _____ de _____

Representante Legal da Empresa
(assinatura e carimbo)

Observação: Caso a empresa licitante não possua obras em andamento, é necessário que o declare (conforme modelo abaixo).

A Empresa _____, CNPJ _____, através do seu representante legal, Sr. _____ portador do CPF _____, DECLARA, para os devidos fins, que NÃO possui, até a presente data, obras em andamento, sendo assim não possui nenhum compromisso de realização de obras que comprometam a realização do objeto da presente RDC 01/2015 do IFRO.

_____, _____ de _____ de _____

Representante Legal da Empresa
(assinatura e carimbo)

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECURSOS

A Empresa _____, CNPJ _____, através do seu representante legal, Sr. _____, portador do CPF _____, DECLARA, para os devidos fins, que não tem intenção de recorrer quanto ao resultado do julgamento dos documentos de habilitação do RDC 01/2015 do IFRO.

_____, ____ de _____ 2015.

Representante Legal da Empresa
(assinatura e carimbo)

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS

A Empresa _____, CNPJ _____, através do seu representante legal, Sr. _____, portador do CPF _____, DECLARA, para os devidos fins, que os responsáveis pela execução do objeto deste edital serão:

Engenheiro Civil _____ CREA: _____

e/ou Arquiteto _____ CAU: _____

_____, _____ de _____ 2015.

Representante Legal da Empresa
(assinatura e carimbo)

ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA **RDC Nº 01/2016**

Processo Administrativo n.º 23243.004696/2016-61

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, declara para fins do disposto no art. 2º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que possui e/ou desenvolve programa de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Local e data.

Carimbo da empresa e assinatura do representante legal.

ANEXO XIII CONTRATO

PROCESSO Nº 23243.004696/2016-61

CONTRATO Nº XX/2015, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA E A EMPRESA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ nº. xxxxxxxxxxxx, com sede Rodovia BR 174, km 03, Zona Urbana, nº 4334, Cep. 76.980-000, Vilhena-RO, neste ato representado pelo Diretor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado pela Portaria nº XXXXXXXXXXXX, publicado no DOU de XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX e do CPF: XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, denominada CONTRATADA, a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, neste ato representada legalmente pelo Sr. (a) XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, celebram o presente Contrato, decorrente do RDC XX/2015, observadas as disposições da Lei Nº 12.462/2011, Decreto 7.581/2011, que foi alterado pelos Decretos nº 8.080/2013 e 8.251/2014, Decreto 7.983/2013 e a Lei nº 8.666/93 e suas alterações subseqüentes e legislação correlata, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA CAMPUS VILHENA – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 A Administração Pública optou pela forma de execução Eletrônica ante as peculiaridades dos objetos não serem tão relevantes, visando à escolha da opção mais adequada e da melhor proposta para a execução deste em linha com os princípios da economicidade e da vantajosidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 É o constante no item 24 do edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor total deste Contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), discriminado de acordo com a planilha e o cronograma físico-financeiro apresentados pela CONTRATADA e não poderá, até o período de 12 meses, sofrer reajuste e revisão.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

5.1 Os prazos máximos de execução e vigência do contrato se darão da seguinte forma:

ITEM	OBJETO	EXECUÇÃO	VIGÊNCIA
------	--------	----------	----------

01	OBRA DE REFORMA DA ÁREA DA PISCINA	120 dias	225 dias
----	------------------------------------	----------	----------

5.2 Os prazo previstos no item 5.1, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela administração do IFRO.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Os direitos e as obrigações da CONTRATADA são aqueles previstos no item 9 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Os direitos e as obrigações da CONTRATANTE são aqueles previstos no Item 10 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

8.1 Será exigida a prestação de garantia pela Administração conforme consta no item 17 do edital.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da CONTRATADA será exercida conforme às disposições previstas no Item 12 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ATESTE

10.1 O ateste das notas fiscais/faturas referentes às etapas da obra caberá à unidade de fiscalização do IFRO ou servidor designado para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento ocorrerá conforme consta no item 25 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Item 13 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1 Os reajustes relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Item 17 do Termo de Referência, anexo do Edital..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Os termos para subcontratação decorrentes desta contratação são aqueles previstos no Item 18 do Termo de referência, Anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato o constante no item 28 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1 É vedado à CONTRATADA:

16.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Este contrato poderá ser alterado conforme consta no item 27 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 É o constante no item 35 do edital.

Porto Velho/RO, XX de XXXXXXXXXX de 2016.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Reitor / IFRO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal / **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: